

## LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

### CONSIDERAÇÕES GERAIS

As principais normas regulamentadoras referentes à implantação e operação de empreendimentos industriais, sob o aspecto legal ambiental, serão aqui apresentadas segundo o âmbito federal, estadual e municipal.

Os capítulos da Constituição Federal pertinentes ao meio ambiente que regem cada esfera do poder serão transcritos. Os demais instrumentos legais, nas esferas federal, estadual e municipal, como leis, decretos, resoluções e outras normas, tanto as referentes ao meio ambiente como em particular as que envolvem direta e indiretamente projetos, instalações e operações do empreendimento e macrozoneamento com fins de uso e ocupação do solo, serão citados e discriminados.

### LEGISLAÇÃO FEDERAL

#### Constituição Federal

O Art. 20 declara quais são os bens da união, incluindo dentre outros os lagos, rios, as praias marítimas e ilhas oceânicas e costeiras.

“**Art. 20.** São bens da União:

- I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
- II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei;
- III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;
- IV - as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II;

(Redação dada pela Emenda Constitucional N°. 46, de 2005);

- V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;
- VI - o mar territorial;
- VII - os terrenos de marinha e seus acrescidos;
- VIII - os potenciais de energia hidráulica;
- IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo;
- X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos;
- XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

§ 1º - É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

§ 2º - A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.”

Através do Art. 23, estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios para: proteção do acervo histórico e cultural, bem como dos monumentos e paisagens naturais e dos sítios arqueológicos; a proteção ao meio ambiente e combate à poluição em quaisquer de suas formas; e, preservação das florestas, da fauna e da flora.

“**Art. 23.** É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, a educação e à ciência;

- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização social dos setores desfavorecidos;
- XI - acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- XII - estabelecer e implantar política de educação para segurança do trânsito.

**Parágrafo Único:** Lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional”.

O Art. 24 fixou a competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre: floresta, pesca, fauna, conservação da natureza, proteção ao patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural e paisagístico; e, responsabilidade por danos ao meio ambiente e a bens de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.

**“Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

- I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;
- II - orçamento;
- III - juntas comerciais;
- IV - custas de serviços forenses;
- V - produção de consumo;
- VI - florestas, caça, pesca, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle de poluição;
- VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;
- VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- IX - educação, cultura, ensino e desporto;
- X - criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;
- XI - procedimentos em matérias processuais;
- XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;
- XIII - assistência jurídica e defensoria pública;
- XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;
- XV - proteção à infância e à juventude;
- XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

**§ 1º.** No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a esclarecer normas gerais.

**§ 2º.** A competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

**§ 3º.** Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

**§ 4º.** “A superveniência da lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário”.

No Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, o Art. 216 define que constitui o patrimônio cultural do país os bens naturais e imateriais, destacando-se aí os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

**“Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

**§ 1º** - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

**§ 2º** - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

**§ 3º** - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

**§ 4º** - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

**§ 5º** - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

**§ 6º** - É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional Nº. 42, de 19.12.2003).

- I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional N°. 42, de 19.12.2003);
- II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional N°. 42, de 19.12.2003);
- III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional N°. 42, de 19.12.2003)."

No Capítulo VI, do Meio Ambiente, o Art. 225 expressa que "todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", atribuindo ao Poder Público a responsabilidade da aplicação das medidas eficazes no cumprimento do preceito protecionista. A Constituição assegurou-lhes as prerrogativas: criação de espaços territoriais que devem ficar a salvo de qualquer utilização ou supressão, a não ser que a lei expressamente o autorize; exigir, na forma da lei, precedentemente à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo do impacto ambiental ao qual se dará publicidade; obrigar os que exploram recursos minerais, a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com as soluções técnicas exigidas pelo órgão público competente, na forma da lei; e, impor sanções penais e administrativas aos que desenvolvem atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigação de recuperação dos danos causados.

**"Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

**§ 1º.** Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- III - definir em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a

integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

- IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
- V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
- VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;
- VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

**§ 2º.** Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

**§ 3º.** As condutas e atividades consideradas lesivas ao ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.





**§ 4º.** A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.


















**§ 5º.** São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.

**§ 6º.** "As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas".


## **Relação e Discriminação da Legislação Federal**


### **Leis Federais**

-  LEI N°. 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
-  LEI N°. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964 – Dispõe sobre o Estatuto da Terra.
-  LEI N°. 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 – Institui o Novo Código Florestal.
-  LEI N°. 5.197, DE 03 DE JANEIRO DE 1967 – Dispõe sobre proteção à fauna silvestre e dá outras providências (alterada pelas leis 7.584 de 6 de janeiro de 1987; 7.653 de 12 de fevereiro de 1988; 9.111 de 10 de












- outubro de 1995) e Decreto Nº. 97.633 de 10 de abril de 1989.
-  LEI Nº. 7.584, DE 6 DE JANEIRO DE 1987 – Acrescenta parágrafo ao artigo 33 da lei Nº. 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
-  LEI Nº. 7.653, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1988 – Altera a redação dos Arts. 18, 27, 33 e 34 da lei Nº. 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.
-  LEI Nº. 9.111, DE 10 DE OUTUBRO DE 1995 – Acrescenta dispositivo à lei Nº. 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna.
-  LEI Nº. 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências (alterada pela Lei Nº. 7.804, de 18 de julho de 1989).
-  LEI Nº. 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.
-  LEI Nº. 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988 – Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
-  LEI Nº. 7.797, DE 10 DE JUNHO DE 1989 – Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.
-  LEI Nº. 7.803, DE 16 DE JULHO DE 1989 – Altera a redação da Lei Nº. 4.771, (Código Florestal) de 15 de setembro de 1965, e revoga as leis Nºs. 6.535, de 15 de junho de 1978 e 7.511, de julho de 1986.
-  LEI Nº. 7.804, DE 18 DE JULHO DE 1989 – Altera a Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981; a Lei Nº. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989; a Lei Nº. 6.803, de 02 de junho de 1980; a Lei Nº. 6.902, de 21 de abril de 1981 e dá outras providências.
-  LEI Nº. 9.111 – DE 10 DE OUTUBRO DE 1995 – Acrescenta dispositivo à Lei Nº. 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção da fauna.
-  LEI Nº. 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei Nº. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei Nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989.
-  LEI Nº. 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre crimes ambientais, estabelece mecanismos efetivos de punição e reparação de danos ecológicos e dá outras providências.
-  LEI Nº. 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 – Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
-  LEI Nº. 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 – Regulamenta o art. 225 § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
-  LEI Nº. 10.165, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000 – Altera a Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
-  LEI Nº. 10.650, DE 16 DE ABRIL DE 2003 – Dispõe sobre o acesso público as informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.
-  LEI 11.428/2006, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006 – dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma mata atlântica, e dá outras providências.

### Decretos-Lei Federais










-  DECRETO-LEI Nº. 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 – Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

-  DECRETO-LEI Nº. 303, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 – Cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental e dá outras providências.


### Decretos Federais


-  DECRETO Nº. 24.643, DE 10 DE JULHO DE 1934 – Institui o Código de Águas.
-  DECRETO Nº. 28.481, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 – Dispõe sobre a poluição das águas.
-  DECRETO Nº. 79.367, DE 09 DE MARÇO DE 1977 – Estabelece o padrão da potabilidade da água.
-  DECRETO Nº. 84.426, DE 24 DE JANEIRO DE 1980 – Dispõe sobre a erosão, uso e ocupação do solo, poluição da água e poluição do solo.
-  DECRETO Nº. 86.028, DE 27 DE MAIO DE 1981 – Institui em todo o Território Nacional a Semana Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 89.532, DE 06 DE ABRIL DE 1984 – Acrescenta incisos ao Art. 37, do Decreto Nº. 88.351, de 10 de junho de 1983, que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente.
-  DECRETO Nº. 97.633, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Dispõe sobre o Conselho Nacional de Proteção à Fauna - CNPF, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 97.628, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Regulamenta o artigo 21 da Lei Nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 97.632, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Dispõe sobre a regulamentação do art. 2º, inciso VIII da Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981 e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 97.822, DE 08 DE JUNHO DE 1989 – Institui o Sistema de Monitoramento Ambiental e dos Recursos Naturais por Satélites - SISMARN e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 99.193, DE 27 DE MARÇO DE 1990 – Dispõe sobre as atividades


relacionadas ao zoneamento ecológico - econômico e dá outras providências.

-  DECRETO Nº. 122, DE 17 DE MAIO DE 1991 – Dá nova redação ao artigo 41 do Decreto Nº. 99.274, de 6 de junho de 1990.
-  DECRETO Nº. 1.523, DE 13 DE JUNHO DE 1995 – Altera os artigos 5º, 6º, 10º e 11º do Decreto Nº. 99.274, de 6 de junho de 1990, que regulamenta as Leis Nºs. 6.912, de 27 de abril de 1981 e 6.938, de 31 de agosto de 1981, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 1.542, DE 27 DE JUNHO DE 1995 – Altera o artigo 5º de Decreto Nº. 99.274, de 6 de junho de 1990, que regulamenta as Leis Nºs 6.902, de 27 de abril de 1981, e 6.938, de 31 de agosto de 1981.
-  DECRETO Nº. 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999 – Regulamenta a Lei Nº. 9.605/98, que dispõe sobre crimes ambientais, estabelece as especificações das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 3.942, DE 27 DE SETEMBRO DE 2001 – Dá nova redação aos Arts. 4º, 5º, 6º, 7º, 10 e 11 do Decreto Nº. 99.274, de 6 de junho de 1990.
-  DECRETO Nº. 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002 – Regulamenta a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 – Regulamenta artigos da Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 5.092 DE 21 DE MAIO DE 2004 – Define regras para identificação de áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.
-  DECRETO Nº. 5.975, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006 – Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei Nº 4.771,


de 15 de setembro de 1965, o art. 4o, inciso III, da Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2o da Lei Nº 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos Nºs 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.


 DECRETO Nº. 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.


 DECRETO Nº. 6.686, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008 - Altera e acresce dispositivos ao Decreto Nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.


 DECRETO Nº. 6.848, DE 14 DE MAIO DE 2009 - Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.

## Resoluções


 CONAMA Nº. 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 - Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.


 CONAMA Nº. 006, DE 24 DE JANEIRO DE 1986 - Aprovados modelos de publicações em periódicos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova modelos para publicação de licenças.


 CONAMA Nº. 013, DE 18 DE MARÇO DE 1986 - Cria a Comissão Especial para reformular a Portaria GM/MINTER Nº. 13, que dispõe sobre a classificação das águas interiores no Território Nacional.


 CONAMA Nº. 010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988 - Dispõe sobre Áreas de Proteção


Ambiental e Zoneamento Ecológico/Econômico.


 CONAMA Nº. 001, DE 08 DE MARÇO DE 1990 - Dispõe sobre a emissão de ruídos em decorrência de atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas.


 CONAMA Nº. 003, DE 28 DE JUNHO DE 1990 - Estabelece padrões de qualidade do ar.


 CONAMA Nº. 008, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 - Estabelece limites máximos de emissão de poluentes do ar (padrões de emissão).


 CONAMA Nº. 016, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 - Dispõe sobre estudos que visam a garantir a sustentação econômica, a qualidade de vida da população e a preservação ambiental.

 CONAMA Nº 10, DE 1º DE OUTUBRO DE 1993 - Estabelece os parâmetros básicos para a análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica.










 CONAMA Nº. 009, DE 31 DE AGOSTO DE 1993 - Estabelece padrões de conduta para o gerenciamento de óleos lubrificantes usados, de modo a evitar danos à saúde e ao meio ambiente.

 CONAMA Nº 25, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1994 - Define a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica.


 CONAMA Nº. 002, DE 18 DE ABRIL DE 1996 - Determina a implantação de unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente Estação Ecológica, a ser exigida em licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, como reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, em montante de recursos não inferior a 0,5% (meio por cento) dos custos totais do empreendimento. Revoga a Resolução CONAMA Nº. 10/87, que exigia como medida compensatória a implantação de estação ecológica.

 CONAMA Nº. 237, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997 - Determina a revisão dos




procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua, instituída pela Política Nacional do Meio ambiente.

-  CONAMA Nº. 275, DE 25 DE ABRIL DE 2001 – Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva.
-  CONAMA Nº. 281, DE 12 DE JULHO DE 2001 – Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.
-  CONAMA Nº. 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Área de Preservação Permanente, e dá outras providências.
-  CONAMA Nº. 306, DE 05 DE JUNHO DE 2002 – Estabelece os requisitos mínimos e o termo de referência para realização de auditorias ambientais.
-  CONAMA Nº. 307, DE 05 DE JUNHO DE 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
-  CONAMA Nº. 370, DE 06 DE ABRIL DE 2006 – Prorroga o prazo para complementação das condições e padrões de lançamento de efluentes, previsto no art. 44 da Resolução Nº. 357, de 17 de março de 2005.
-  CONAMA Nº. 371, DE 06 DE ABRIL DE 2006 – Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o sistema Nacional de unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.
-  CONAMA Nº. 381, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 – Altera dispositivos da Resolução Nº. 306, de 5 de julho de 2002 e o Anexo II, que dispõe sobre os requisitos mínimos para realização de auditorias ambientais.
-  CONAMA Nº. 382, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006 – Estabelece os limites máximos de






emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.

-  CONAMA Nº. 391, DE 25 DE JUNHO DE 2007 – Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica no Estado da Paraíba.


### Medidas Provisórias


-  MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 1.710, DE 07 DE AGOSTO DE 1998 – Acrescenta dispositivos da Lei Nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
-  MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001 – Dispõe sobre as áreas de interesse social.
-  MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001 – Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do artigo 183 da constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.


### Portarias Federais


-  PORTARIA MINTER Nº. 231, DE 27 DE ABRIL DE 1976 – Trata dos padrões de qualidade do ar.
-  PORTARIA MINTER Nº 53 DE 01 DE MARÇO DE 1979 – Cria normas para destinação do lixo e dos resíduos sólidos.
-  PORTARIA MINTER Nº. 092, DE 19 DE JUNHO DE 1980 – Edita critérios e padrões a serem obedecidos na emissão de sons e ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive programada.
-  PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº. 917, DE 06 DE JUNHO DE 1982 – Dispõe sobre mobilização de terra, poluição da água, do ar e do solo.
-  PORTARIA IPHAN Nº. 07, DE 01 DE DEZEMBRO DE 1988 – Dispõe sobre a fiscalização das atividades que envolvem bens de interesse arqueológico e pré-histórico do País e estabelece os


procedimentos necessários a comunicação prévia, às permissões e as autorizações para escavações e pesquisas em propriedades articulares.

 PORTARIA IBAMA Nº. 94, DE 26 DE JANEIRO DE 1990 – Dispõe sobre o Serviço de Defesa Ambiental na Estrutura das Superintendências Estaduais e no Distrito Federal.


 PORTARIA IBAMA Nº. 96, DE 31 DE MARÇO DE 1996 – Estabelece critérios para o funcionamento do Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadora de recursos ambientais.


 PORTARIA MS Nº. 1.469/GM, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000 – Aprova a Norma de Qualidade da Água para Consumo Humano, que dispõe sobre procedimentos e responsabilidades inerentes ao controle e à vigilância da qualidade da água para consumo humano, estabelece o padrão de potabilidade da água para consumo humano, e dá outras providências.

 PORTARIA IPHAN Nº.. 230, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002 – Dispõe sobre a compatibilização das fases de obtenção de licenças ambientais com estudos arqueológicos para empreendimento capazes de afetar o patrimônio arqueológico na sua área de intervenção.


 PORTARIA NORMATIVA DO IBAMA Nº. 10, DE 22 DE MAIO DE 2009 – Dispõe que a aplicação da Instrução Normativa Nº. 146, de 10 de janeiro de 2007, fica restrita ao licenciamento de empreendimentos de aproveitamento hidrelétrico e dá outras providências.

### Instrução Normativa

 INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 3, DE 26 DE MAIO DE 2003 - Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.

 INSTRUÇÃO NORMATIVA DO IBAMA Nº 146, DE 10 DE JANEIRO DE 2007 – Estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo da fauna (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e

destinação) em área de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetivas ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.

 INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº. 6, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 - Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção.

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### Constituição Estadual

Ao nível estadual, a Constituição da Paraíba, no Capítulo IV, trata especificamente do Meio Ambiente e do Solo. Em seu art. 227 menciona que é dever do Estado a defesa e preservação do Meio Ambiente para as gerações futuras. Para garantir esses objetivos de proteção ambiental são listados os instrumentos que devem ser criados para que o Poder Público possa efetivamente realizar a devida proteção. Atividades utilizadoras ou não de recursos ambientais, mas capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental necessitam de licença para operar. Já o art. 229 dispõe sobre a ocupação da zona costeira e os requisitos para que se possa construir nessa área.

.....  
.....

### CAPÍTULO IV

#### DA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE E DO SOLO

Art. 227 - O meio ambiente é do uso comum do povo e essencial a qualidade de vida, sendo dever do Estado defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**Parágrafo único** - Para garantir esse objetivo, incumbe ao Poder Público:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais;
- II - proteger a fauna e a flora, proibindo as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção da espécie ou submetam os animais à crueldade;
- III - proibir as alterações físicas, químicas ou biológicas, direta ou indiretamente nocivas à saúde, à segurança e ao bem-estar da comunidade;



IV - promover a educação ambiental, em todos os níveis de ensino, e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

V - criar a disciplina Educação Ambiental para o 1º, 2º e 3º graus, em todo o Estado;

VI - preservar os ecossistemas naturais, garantindo a sobrevivência da fauna e da flora silvestres, notadamente das espécies raras ou ameaçadas de extinção;

VII - considerar interesse ecológico do Estado toda a faixa de praia de seu território até cem metros da maré de sizígia, bem como a falésia do Cabo Branco, Coqueirinho, Tambaba, Tabatinga, Forte e Cardoso, e ainda, os remanescentes da Mata Atlântica, compreendendo as matas de Mamanguape, Rio Vermelho, Buraquinho, Amém, Aldeia de Cavaçu, de Areia, as matas do Curimataú, Brejo, Agreste, Sertão, Cariri, a reserva florestal de São José da Mata no Município de Campina Grande e o Pico do Jabre em Teixeira, sendo dever de todos preservá-los nos termos da lei e desta Constituição;

VIII - elaborar o inventário e o mapeamento das coberturas vegetais nativas, visando à adoção de medidas especiais de proteção;

IX - designar os mangues, estuários, dunas, restingas, recifes, cordões litorâneos, falésias e praias, como áreas de preservação permanente.

Art. 228 - A construção, instalação, a ampliação e o funcionamento de estabelecimentos, equipamentos, pólos industriais, comerciais e turísticos, e as atividades utilizadoras de recursos ambientais, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, sem prejuízo de outras licenças exigíveis, dependerão de prévio licenciamento do órgão local competente, a ser criado por lei, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA.

§ 1º - O órgão local de Proteção Ambiental, de que trata o "caput" deste artigo, garantirá, na forma do artigo 225 da Constituição Federal, a efetiva participação do órgão regional estadual da área específica, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba-IPHAEP - da Associação Paraibana dos Amigos da Natureza - APAN, e de entidades classistas de reconhecida representatividade na sociedade civil cujas atividades estejam associadas ao controle do meio ambiente e a preservação da sadia qualidade de vida.

§ 2º - Estudo de prévio de impacto ambiental será exigido para instalação de obra ou atividades potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente.

Art. 229 - A zona costeira, no território do Estado da Paraíba, é patrimônio ambiental, cultural, paisagístico, histórico e ecológico, na faixa de quinhentos metros de largura, a partir da preamar de sizígia para o interior do continente, cabendo ao órgão estadual de proteção ao meio ambiente sua defesa e preservação, na forma da lei.

§ 1º - O Plano Diretor dos Municípios da faixa costeira disciplinará as construções, obedecidos, entre outros, os seguintes requisitos:

a) nas áreas já urbanizadas ou loteadas, obedecer-se-á a um escalonamento de gabaritos a partir de doze metros e noventa centímetros, compreendendo pilotis e três andares, podendo atingir trinta e cinco metros de altura, no limite da faixa mencionada neste artigo;

b) nas áreas a serem urbanizadas, a primeira quadra da praia deve distar cento e cinquenta metros da maré de sizígia para o continente, observa o disposto neste artigo;

c) constitui crime de responsabilidade a concessão de licença para a construção ou reforma de prédios na orla marítima, em desacordo com o disposto neste artigo.

d) excetua-se do disposto nas alíneas anteriores, a área do porto organizado do Município de Cabedelo, constituída na forma da legislação federal e respectivas normas regulamentares, para as construções e instalações industriais. (acrescido pela Emenda Constitucional n.º. 15 de 28/08/2003).

§ 2º - As construções referidas no parágrafo anterior deverão obedecer a critérios que garantam os aspectos de aeração, iluminação e existência de infra-estrutura urbana, compatibilizando-os, em cada caso, com os referenciais de adensamento demográfico, taxa de ocupação e índice de aproveitamento.

Art. 230 - A conservação e a proteção dos componentes ecológicos e o controle da qualidade do meio ambiente serão atribuídos a um Conselho, que será formado na proporção de um terço de representantes do órgão estadual da área específica, um terço de representantes de entidades cujas atividades estejam associadas ao controle ambiental e um terço de representantes do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Paraíba.

Art. 231 - O Estado estabelecerá plano de proteção ao meio ambiente, adotando medidas indispensáveis à utilização racional da natureza e à redução da poluição causada pela atividade humana.

Art. 232 - No território paraibano, é vedado instalar usinas nucleares e depositar lixo atômico não produzido no Estado.

Art. 233 - O Estado agirá direta ou supletivamente na proteção dos rios, córregos e lagoas e dos espécimes neles existentes contra a ação de agentes poluidores, provindos de despejos industriais.











Art. 234 - O Estado elaborará programa de recuperação do solo agrícola, conservando-o, com o objetivo de aumentar a produtividade.

Art. 235 - É vedada, no território estadual, a prática de queimadas danosas ao meio ambiente, bem como a construção em áreas de riscos geológicos.


## **Leis Estaduais**










LEI COMPLEMENTAR Nº. 12, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1976 - Regulamenta o art. 166 da Constituição do Estado da Paraíba.

-  LEI Nº. 4.033, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1978 - Dispõe sobre a criação da Superintendência de Administração do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Paraíba - SUDEMA-PB, e dá outras providências.
-  LEI Nº. 4.335, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1981 - Dispõe sobre Prevenção e Controle da Poluição Ambiental e estabelece normas disciplinadoras da espécie.
-  LEI COMPLEMENTAR Nº. 08, DE 21 DE JANEIRO DE 1991 - Dá nova redação aos dispositivos que menciona da Lei Complementar Nº. 28, de 06.07.82 (Lei Orgânica do Ministério Público) e dá outras providências. (Cria a Curadoria do Meio Ambiente).
-  LEI Nº. 5.675, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1992 - Dispõe sobre a Sinalização Ecológica pelo Poder Executivo Estadual em Unidades do Estado.
-  LEI Nº. 6.002, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1994 - Institui o Código Florestal do Estado da Paraíba, e dá outras providências.
-  LEI Nº. 6.308, DE 02 DE JULHO DE 1996 - Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, suas diretrizes e dá outras providências.
-  LEI Nº. 6.544 DE 20 DE OUTUBRO DE 1997 - Cria a Secretaria Extraordinária do Meio ambiente, dos Recursos Hídricos e Minerais; dá nova redação e revoga dispositivos da Lei nº 6.308, de 02 julho de 1996, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências.
-  LEI Nº. 6.636, DE 19 DE JUNHO DE 1998 - Define o sistema de regulamentação e controle do serviço estadual de saneamento e suas condições operacionais e dá outras providências.
-  LEI Nº. 6.678, DE 19 DE NOVEMBRO DE 1998 - Proíbe queimadas nas margens das rodovias estaduais e dos mananciais existentes no Estado da Paraíba e dá outras providências.
-  LEI Nº. 6.757, DE 08 DE JULHO DE 1999 - Dispõe sobre a transformação da

Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA, em AUTARQUIA, altera-se a Lei nº. 4.335/81, e dá outras providências.

-  LEI ORDINÁRIA Nº. 8042 DE 27 DE JUNHO DE 2006 - Dá nova redação a dispositivos da lei Nº. 6.308, de 02 de julho de 1996, que institui a política estadual de recursos hídricos, e da lei Nº. 7.779, de 07 de julho de 2005, que criou a agência executiva de gestão das águas do estado da Paraíba - AESA, e determina outras providências.

### **Decretos Estaduais**

-  DECRETO Nº. 5.255, DE 31 DE MARÇO DE 1971 - Cria na Secretaria de Educação e Cultura o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.
-  DECRETO Nº. 12.254, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1987 - Cria a Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro da Paraíba (COMEG/PB), e determina outras providências.
-  DECRETO Nº. 12.360, DE 20 DE JANEIRO DE 1988 - Dispõe sobre a Estrutura Organizacional Básica e o Regulamento da Superintendência de Administração do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos da Paraíba - SUDEMA/PB, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 12.552, DE 12 DE JUNHO DE 1988 - Dá nova redação aos Artigos 3º, 5º e 7º, do Decreto Nº. 12.254, de 03 de dezembro de 1987, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 12.705, DE 14 DE OUTUBRO DE 1988 - Transforma a 24ª Cia do 5º BPM, em Companhia de Polícia Flores tal (Cia. P. Flo) e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 12.965, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1989 - Aprova o Regimento Interno da Comissão Estadual de Gerenciamento Costeiro (COMEG/PB), e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 13.798, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1990 - Regulamenta a Lei Nº. 4.335, de 18 de dezembro de 1981, que dispõe sobre

a prevenção e controle da poluição ambiental, estabelece normas disciplinadoras da espécie, e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 14.089, DE 12 DE SETEMBRO DE 1991 - Dá nova redação ao artigo 5º e ao seu I; ao seu inciso I; ao inciso I do artigo 6º, todos do Decreto nº. 13.798 de 26 de dezembro de 1990, e acrescenta novas disposições ao mesmo Decreto.

📖 DECRETO Nº. 14.474, DE 27 DE MAIO DE 1992 - Dá nova redação ao Art.5º e ao seu Inciso I; ao Inciso I do Artigo. 6º, todos do DECRETO Nº. 13.798 de 26 de dezembro de 1990, adequando-o à Lei Nº. 5.583, de 19 de maio de 1992, e acrescenta novas disposições ao mesmo Decreto.

📖 DECRETO Nº. 15.149, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1993 - Cria o Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado da Paraíba, institui a Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 15.357, DE 15 DE JUNHO DE 1993 - Estabelece padrões de emissões de ruídos e vibrações bem como outros condicionantes ambientais e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 18.823, 02 DE ABRIL DE 1997 - Regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FERH, e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 19.256, 31 DE OUTUBRO DE 1997 - Dá nova redação e revoga dispositivos do Decreto nº. 18.823, de 02 de abril de 1997, que regulamenta o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 19.258, DE 31 DE OUTUBRO DE 1997 - Regulamenta o controle técnico das obras e serviços de oferta hídrica e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 19.260, DE 31 DE OUTUBRO DE 1997 - Regulamenta a outorga do direito de uso dos recursos hídricos e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 20.262, DE 03 DE FEVEREIRO DE 1999 - Dá nova redação ao inciso I do Art. 6º do Decreto nº. 13.798, que regula a Lei nº. 4.335 e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 21.119, DE 20 DE JUNHO DE 2000 - Dispõe sobre a aplicação de sanções administrativa pela SUDEMA e a inscrição em dívida ativa das multas devidas a autarquia e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 21.120, DE 20 DE JUNHO DE 2000 - Regulamenta a Lei Nº. 4.335, de 16 de dezembro de 1981, modificada pela Lei Nº. 6.757, de 08 de julho de 1999, que dispõe sobre a prevenção e controle da poluição ambiental, estabelece normas disciplinadoras da espécie, e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 22.882, DE 25 DE MARÇO DE 2002 - Cria a Área de Proteção Ambiental de Tambaba, e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 26.296, DE 23 DE SETEMBRO DE 2005 - Altera a delimitação da Área de Proteção Ambiental de Tambaba, criada pelo Decreto Nº. 22.882 de 25 de março de 2002 e dá outras providências.

📖 DECRETO Nº. 27.562, DE 04 DE SETEMBRO DE 2006 - Institui o Comitê das Bacias Hidrográficas do Litoral Sul e dá outras providências.

## **Portaria**

## **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

📖 Lei Orgânica do Município de Alhandra

.....  
.....

### **SEÇÃO II**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL**

*Art. 11 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:*

*I - assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação Federal e Estadual, notadamente no que diz respeito:*

*a) à saúde, à assistência, proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;*

*b) proteção de documento, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, como os*

monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos do Município;

c) impedir a evasão, destruição e descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural do Município;

d) à abertura de meios de acesso à cultura do Município;

e) a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição;

f) o incentivo à indústria e ao comércio;

g) a criação de distritos industriais;

h) ao formato da produção agropecuária e a organização do abastecimento alimentar;

i) a produção de programas de construção de moradias, melhorando as condições habitacionais e de saneamento básico;

j) ao combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

l) ao registro, ao acompanhamento e a fiscalização das concessões de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

.....  
.....

Art. 165 - Na promoção do desenvolvimento econômico, o Município agirá, sem prejuízo de outras iniciativas, no sentido de:

I - fomentar a livre iniciativa;

II - privilegiar a criação de empregos;

III - utilizar tecnologia de uso intensivo de mão-de-obra;

IV - racionalizar a utilização de recursos naturais;

V - proteger o meio ambiente;

.....  
.....

Art. 185 - O Município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos, o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida.

Parágrafo Único - Para assegurar efetividade a este direito, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes e ainda, quando for o caso, com os outros Municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção ambiental.

Art. 186 - O Município deverá atuar mediante planejamento, controle e fiscalização das atividades públicas ou privadas, causadoras

efetivas ou potenciais de alterações significativas no meio ambiente, incluindo o Poder Público Municipal:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais;

II - proteger a fauna e a flora, proibindo as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção da espécie ou submetam os animais à crueldade.

III - proibir as alterações físicas, químicas ou biológicas, direta ou indiretamente nocivas à saúde, à segurança e ao bem estar da comunidade;

IV - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, e a conscientização pública para preservação do meio ambiente;

V - preservar os ecossistemas naturais, garantindo a sobrevivência da fauna e da flora silvestres, notadamente das espécies raras ou ameaçadas de extinção.

Art. 187 - A política urbana do Município e o seu plano diretor, quando houver, deverá contribuir para a proteção do meio ambiente, através da adoção de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano.

Art. 190 - O Município assegurará a participação do cidadão no planejamento e na fiscalização de proteção ambiental, garantindo o amplo acesso dos interessados às informações sobre as fontes de poluição e degradação ambiental ao seu dispor.

Art. 191 - A construção, a instalação, a ampliação e funcionamento de estabelecimentos, equipamentos, pólos industriais, comerciais e turísticos e as atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, sem prejuízo de outras licenças exigíveis, dependendo de prévio licenciamento do Órgão Municipal competente, a ser criado por Lei.

§ 1º - O Órgão de Proteção Ambiental, de que trata o caput deste Artigo, garantirá na forma do Artigo 225 da Constituição Federal, a efetiva participação do Órgão Estadual da área específica, da APAN - Associação Paraibana dos Amigos da Natureza - de entidades classistas de reconhecida representatividade na sociedade civil, cujas atividades estejam associadas ao controle do meio ambiente e a preservação da sadia qualidade de vida.

§ 2º - Estudo prévio de impacto ambiental será exigido para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de degradação do meio ambiente.

Art. 192 - A conservação e a proteção dos componentes ecológicos e o controle de qualidade do meio ambiente, serão atribuídos ao Conselho Municipal de Proteção Ambiental, integrado paritariamente por representantes do Poder Público, e de representantes de

entidades, cujas atividades estejam associadas ao controle ambiental, garantindo-se a efetiva participação dos representantes de Conselhos Técnicos e dos Sindicatos da área.

Art. 193 - É vedado o depósito de lixo atômico e a instalação de usinas nucleares no território do Município de Alhandra.

.....  
.....

#### SEÇÃO IV

#### DA SAÚDE

Art. 219 A saúde é direito de todos os munícipes, e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem à eliminação do risco de doença e ao acesso universal e igualitário aos serviços de sua proteção e recuperação.

Art. 220 - Para atingir os objetivos estabelecidos no Artigo anterior, o Município promoverá por todos os meios ao seu alcance:

.....  
.....

III - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental

Art. 222 – São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde.;

.....  
.....

VI - fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controlá-los;

.....  
.....